
Nota de Abertura

Por um Reforço das Unidades de Informação Científica

As sociedades industrializadas vivem actualmente uma profunda mutação sócio-económica que se traduz, em grande parte, pela transição da economia industrial para uma economia caracterizada pela predominância dos serviços e pela internacionalização dos mercados, conjugada com desenvolvimento e utilização crescentes das tecnologias da informação e das telecomunicações.

É dentro desta mutação que se compreende a importância que passou a ter a utilização da informação em todos os domínios de actividade, tanto pelo sector privado como público. A procura de produtos adaptados às necessidades dos diferentes tipos de utilizadores tem, por sua vez, estimulado a criação de uma vasta gama de bases de dados, acessíveis em linha ou em suporte electrónico, bem como de formas inovadoras de processamento dessa informação — com fortes implicações para os sistemas e serviços tradicionais, incluindo bibliotecas e centros de documentação científica. E a informação emerge, neste contexto, como um valor económico central, isto é, como um recurso estratégico.

A competição internacional a todos os níveis, quer económico, quer científico e tecnológico, depende agora largamente dos meios de informação disponíveis. Estes afectam tanto os agentes económicos e sociais, como os poderes públicos e os cidadãos em geral.

A tomada de consciência sobre o processo em curso e as suas consequências é pré-condição da resposta a tais desafios. Num país como Portugal, a informação parece não ter ainda adquirido foros de cidade como área de política pública. Ora, se há aqui um espaço de expansão potencial para o sector privado, também é claro que cabe ao Estado uma responsabilidade crescente e decisiva, por um lado, no encorajamento e apoio ao desenvolvimento desta nova indús-

tria e, por outro, no reforço e protecção de serviços de interesse público. É o caso, nomeadamente, das unidades de informação de apoio à investigação, ao ensino, à gestão da política científica e do desenvolvimento.

Dado tratar-se de um sector em rápida evolução e marcado por forte competição internacional, a acção requerida implica uma estratégia coerente e continuidade nas medidas de intervenção, contrariamente ao que tem sido a política seguida, feita de «fogachos», de medidas no papel e fragmentada por diversos órgãos de tutela em conflito pela hegemonização do chamado «sistema nacional de informação científica» que nunca viu o dia.

Um outro aspecto a ter em conta é o que decorre do «espírito de época», ou seja, a ênfase colocada na informação como objecto de relações de mercado, o que conduz directamente à apropriação privada dos novos «produtos de informação».

A crescente privatização da informação pode limitar a liberdade de acesso aos conhecimentos — que alguns preconizam dever ser considerada como «património comum» — e mesmo a dimensão de serviço público que tem caracterizado o acesso à informação produzida e acumulada pelas entidades públicas. Os custos envolvidos nas novas actividades informativas tenderão, neste quadro concorrencial, a ser progressivamente transferidos para os utilizadores, afectando as condições do acesso à informação e à comunicação por parte das instituições de investigação e do pessoal docente e discente.

É, pois, urgente definir claramente as responsabilidades públicas neste domínio. Os sectores da investigação e do ensino constituem, neste contexto, casos que merecem especial atenção pela sua dependência da informação. Tendo acesso, até há pouco, às fontes de informação tradicionais com custos relativamente moderados, estes sectores estão cada vez mais dependentes do recurso às novas tecnologias e bases de dados, que permitem responder especificamente às necessidades, quer em termos de rapidez, quer de qualidade e de adequação do produto.

É hoje um lugar-comum dizer-se que «conhecimento é poder» e que «ciência é comunicação». Analisando o estado das unidades e sistemas de informação de apoio à investigação científica e à formação de recursos humanos, constata-se, porém, face à sua debilidade, que tais conceitos não parecem ter expressão no nosso país.

De facto, a falta de reconhecimento a nível da Administração Pública do valor operacional da informação, acentuado, nos últimos anos, por uma política imediatista e economicista, reflectem-se na tendência orçamental à estagnação e, por vezes mesmo negativa, nas verbas atribuídas às bibliotecas e outras unidades de informação. Esta tendência tem-se traduzido pelo cancelamento ou um recrutamento de pessoal aquém do nível mínimo requerido para o normal fun-

cionamento dos serviços; por uma falta de incentivo à formação e especialização de profissionais; pela degradação das colecções de publicações científicas e pela diminuição da aquisição de livros essenciais, pondo em causa o apoio indispensável ao sistema nacional de ensino e de I&D.

A escassez de meios e as dificuldades objectivas com as quais se confrontam as unidades de informação tem, também, afectado o aproveitamento da crescente internacionalização dos sistemas de informação científica, incluindo a integração em redes europeias, por falta de meios e contrapartidas.

Apesar desta situação pouco animadora, é de notar, porém, a crescente percepção ao nível da comunidade científica e dos profissionais da informação, de que é urgente promover um esforço de consciencialização do papel vital dos serviços existentes e de promover um novo tipo de relacionamento entre estes e os utentes que contribua, através de uma acção conjugada, para sensibilizar as esferas de decisão política.

Neste contexto, será oportuno aproveitar o 4.º Programa-Quadro da União Europeia e o Programa PRAXIS XXI a ser aprovado em breve, para dar ao reforço e modernização das unidades de informação científica e tecnológica a prioridade que merecem e que não teve expressão adequada no âmbito do Programa CIÊNCIA.

É nesta perspectiva que a Federação Portuguesa de Associações e Sociedades Científicas, conjuntamente com as Associações mais representativas na área da informação e da documentação, tem em fase avançada de organização um Encontro, a realizar durante 1994, sobre o tema «Ciência em Portugal: Bibliotecas e Utilizadores». As contribuições que se inserem no presente número dos *CADERNOS* constituem uma valiosa contribuição para um melhor conhecimento da problemática actual do sector da informação científica e também como base para a reflexão que se impõe com vista à sua modernização.

MÁRIO RUIVO

Federação Portuguesa Associações e Sociedades Científicas
Presidente